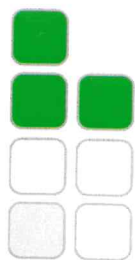




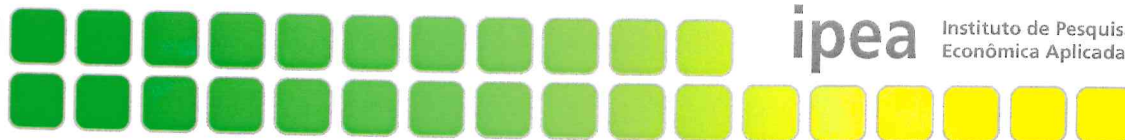
# Manual do servidor recém-nomeado Concurso IPEA 2008/2009

**ipea**

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada



**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada



# **Manual do servidor recém-nomeado**

## Concurso IPEA 2008/2009

© Diretoria de Administração e Finanças

Março/2009

**Cta** nº 04 / DIRAF

Brasília, 24 de abril de 2009

Prezado Senhor,

Incumbiu-me o Presidente do IPEA de parabenizá-lo pela aprovação no concurso público para o cargo de Técnico de Desenvolvimento e Administração e em nome da Diretoria Colegiada e demais servidores apresentar-lhe as boas-vindas e manifestar a satisfação de recebê-lo em nossa casa.

Você está ingressando numa Fundação pública instituída há 45 anos e que tem como missão *“Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro”*, elaborada a partir do planejamento estratégico iniciado em 2008, onde se revisitou a razão de ser do Instituto até então existente, redirecionando o foco de atuação institucional para a construção de uma agenda de desenvolvimento para o país, bem como implementando, por meio do Programa de Fortalecimento Institucional, conjunto de ações voltadas ao aprimoramento gradativo do modelo de gestão do IPEA.

Objetivando recepcioná-lo com propriedade e proporcionar as informações necessárias à sua integração às atividades do IPEA e ao convívio com os demais colegas, convidamos para participar de uma semana de atividades que se inicia no próximo dia 18 de maio, em nossa sede. Nesse sentido recomendo observar os requisitos para sua posse, informações em anexo, e solicito confirmar sua participação junto à Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

Atenciosamente,

**FERNANDO FERREIRA**

Diretor de Administração e Finanças

<b>1. Introdução .....</b>	<b>5</b>
1.1 A instituição IPEA.....	5
1.2 Breve trajetória histórica.....	5
1.3 Titulares e quadros de destaque no governo .....	8
<b>2. O atual papel do IPEA.....</b>	<b>11</b>
2.1 IPEA no contexto do governo federal: .....	11
2.2 A vinculação à Secretaria de Assuntos Estratégicos .....	12
2.3 Principais atuações nas instâncias governamentais .....	13
<b>3. Perspectivas .....</b>	<b>14</b>
3.1 O programa de fortalecimento institucional do IPEA .....	14
3.2 Os Ciclos de Planejamento Estratégico (CPEs).....	15
3.2.1 Ciclo de Planejamento Estratégico (CPE) 2008 .....	15
3.2.2 Ciclo de Planejamento Estratégico (CPE) 2009.....	17
3.3 O Plano de Trabalho Institucional do IPEA – biênio 2009/2010.....	17
3.3.1. Integração Sistêmica do IPEA no Ciclo de Gestão das Políticas Públicas Federais.....	17
3.3.2. Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro.....	18
3.3.3. Brasil: estado de uma Nação 2008/2009 – planejamento, políticas públicas e desenvolvimento.....	19
3.3.4 Projetos de Pesquisa do Programa IPEA-BID.....	19
3.3.5. ACT, Convênios e Contratos em andamento.....	19
3.3.6. Redes de Pesquisa IPEA.....	20
3.3.7. Novo Sistema de Indicadores Econômicos e Sociais – SIES/IPEA.....	20
3.3.8. Projeto IPEA na Universidade.....	22
3.3.9. Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Políticas Públicas (parceria IPEA–ENSP Fiocruz/DF).....	23
3.3.10. Prêmio IPEA / CEF.....	23
<b>4. A instituição IPEA .....</b>	<b>23</b>
4.1 Estrutura administrativa do Instituto .....	24
4.1.2 DIRAF: Diretoria de Administração e Finanças.....	24
4.1.3 DICOD: Diretoria de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais.....	24
4.1.3.1. Coordenação de Documentação e Biblioteca – CODOB .....	25
4.1.4. DIMAC: Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas.....	28
4.1.5. DIRUR: Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais.....	28
4.1.6. DISET: Diretoria de Estudos e Políticas de Inovação, Regulação, Produção e Infraestrutura.....	29
4.1.7. DISOC: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais.....	29
<b>5. Os recursos humanos do IPEA.....</b>	<b>30</b>
5.1 Direitos e deveres dos servidores .....	31
5.2 A ética no exercício do cargo .....	32
5.3. Plano de carreira e cargos do IPEA .....	34
5.4. Orientações gerais (posse, exercício, assistência saúde) .....	34

<b>6. A Área Corporativa do IPEA.....</b>	<b>35</b>
6.1 Perfil da Diretoria.....	36
6.1.1 Competências básicas .....	36
6.1.2 Organograma.....	36
6.2 Comitê de Gestão de Pessoas .....	37
6.3 Tecnologia da Informação .....	38
6.4. Comunicação social, editorial e publicações .....	39
6.5 Orçamento, Finanças, Contratos, Convênios .....	41
6.5.1 Orçamento e Finanças.....	41
6.5.2 Compras e Contratos Administrativos .....	42
6.5.3 Bolsas e Convênios .....	42
6.5.4 Acordos de Cooperação Técnica:.....	42
6.5.5 Passagens e Diárias.....	43
6.5.6 Almoxarifado e Patrimônio .....	43
6.6 Plano de Metas 2009 – 2010 .....	44
6.6.1 Resultados Esperados.....	45
<b>7. Considerações Finais .....</b>	<b>48</b>
7.1 Ouvidoria .....	48
7.2 Comissão de Ética .....	49

## 1. Introdução

### 1.1 A instituição IPEA

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, criado em 1964, é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do IPEA são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações e seminários e, mais recentemente, via programa semanal de TV em canal fechado.

O IPEA tem por finalidade realizar pesquisas e estudos sociais e econômicos e disseminar o conhecimento resultante, dar apoio técnico e institucional ao Governo na avaliação, formulação e acompanhamento de políticas públicas, planos e programas de desenvolvimento e oferecer à sociedade elementos para o conhecimento e solução dos problemas e dos desafios do desenvolvimento brasileiro.

Para cumprir sua missão, o IPEA desenvolve diversas atividades como: pesquisas destinadas ao conhecimento dos processos socioeconômicos brasileiros, análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais da economia e da sociedade do país; estudos prospectivos de médio e longo prazo, geração de subsídios técnicos para a formulação e reformulação de políticas públicas, e para a preparação de planos e programas de governo, análises e avaliações de políticas públicas, programas e ações governamentais, capacitação técnica e institucional para o aperfeiçoamento das atividades de planejamento, avaliação e gestão e disseminação de conhecimentos atinentes à sua área de competência.

### 1.2 Breve trajetória histórica

A origem do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA remonta da criação no Estado do Rio de Janeiro em 1964, do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada – EPEA, como uma espécie de centro de pesquisa vinculada ao Conselho Consultivo do Planejamento, órgão colegiado de assessoramento superior do Governo Federal. Após a criação em 1967 do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o EPEA passa a vincular-se a essa pasta, tornando-se uma fundação pública e alterando a sua denominação para “Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA”, conforme disposto no art. 190 do Decreto-lei nº 200, de 25.02.1967.

Em 1967, o IPEA desenvolveu trabalho em subsídio ao Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico 1967-76 que, apesar de não chegar a ser implementado, realizou diagnósticos inéditos sobre a economia nacional que serviram de base para o Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED para o período de 1967 a 1970, tendo priorizado áreas estratégicas tais como agricultura, energia elétrica, petróleo, transportes e comunicações.

Por volta de 1970 parte do IPEA, conhecida como Instituto de Planejamento - IPLAN foi transferida para Brasília, tendo permanecido no Rio de Janeiro o Instituto de Pesquisa do IPEA – INPES. Em 1973, esses dois Institutos atuaram na elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), carro-chefe do governo Geisel. Além disso, lança o trabalho “Aproveitamento atual e potencial dos Cerrados”, que teve papel pioneiro na descoberta dos cerrados como nova fronteira da agricultura brasileira. Em 1974 o Ministério do Planejamento sofre modificações, transformando-se em Secretaria do Planejamento (SEPLAN), ligada à Presidência da República, onde o IPEA passa a se vincular.

Entre 1985/1986 depois de um período (final dos anos 70) de perda de importância e sem realizar novas contratações, o IPEA recupera-se com a chegada de novos pesquisadores. No início dos anos 90, o IPEA passa a subordinar-se ao super Ministério da Economia, originário da fusão dos Ministério do Planejamento e da Fazenda, no governo Collor.

A reforma administrativa ocorrida entre 1995 e 1999, transformou a Secretaria de Planejamento em Ministério do Planejamento e Gestão, deslocando o IPEA novamente para a pasta do Planejamento. Em 1999, o nome do Ministério muda para Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A partir da criação do Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, o IPEA novamente se retira da órbita da pasta do Planejamento, passando a integrar, como entidade vinculada, a nova área do governo, atualmente representada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

### 1.3 Titulares e quadros de destaque no governo

Desde a transformação do antigo EPEA em fundação pública autônoma, passando a denominar-se IPEA, e a conseqüente vinculação à pasta do Planejamento do governo federal, já passaram pelo comando da instituição, como presidente do Instituto, grandes personalidades do mundo acadêmico e também diversos expoentes do pensamento econômico e social do país, a saber:

<i>Período</i>	<i>Presidente</i>
2007	Marcio Pochmann
2006-2007	Luiz Henrique Proença Soares
2003-2006	Glauco Antônio Truzzi Arbix
1999-2003	Roberto Borges Martins
1996-1999	Fernando Antônio Rezende da Silva
1995-1996	Andrea Sandro Calabi
1993-1995	Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo
1993-1993	Antônio Nilson Craveiro Holanda
1992-1993	Líscio Fábio de Brasil Camargo
1991-1992	Roberto Brás Matos Macedo
1990-1991	Antonio Kandir
1988-1990	Ricardo Luís Santiago
1987-1988	Michal Gartenkraut
1986-1987	Henri Philippe Reichstul
1985-1986	Andrea Sandro Calabi
1979-1985	José Flávio Pécora
1979-1979	Marcos Amorim Neto
1974-1979	Élcio Costa Couto
1971-1974	Henrique Flanzer
1970-1971	Mario Cláudio da Costa Braga
1969-1970	Marcos Pereira Viana
1967-1969	João Paulo dos Reis Velloso

O IPEA atualmente é presidido pelo economista Marcio Pochmann, graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com especialização em ciências políticas e em relações do trabalho. É doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e exerce a docência naquela instituição desde 1995. Pochmann também é professor livre docente licenciado na área de economia social e do trabalho e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp desde 1989. Antes do IPEA, foi diretor executivo do centro entre 1997 e 1998, tendo atuado como consultor do Departamento



Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e organismos multilaterais das Nações Unidas, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foi ainda secretário municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da cidade de São Paulo entre 2001 e 2004, tendo escrito e organizado mais de 20 livros, entre eles "A Década dos Mitos", vencedor do Prêmio Jabuti na área de economia em 2002 e a série "Atlas da Exclusão no Brasil".

Compõem ainda o corpo de dirigentes do IPEA, os titulares das seguintes diretorias da Fundação, a quem compete auxiliar o presidente na tomada de decisões relevantes sobre o Instituto:

- Diretoria de Estudos Macroeconômicos – DIMAC: João Sicsú, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE - UFRJ) e graduado em economia pela Faculdade de Economia e Administração da UFRJ (FEA - UFRJ). Concluiu seus estudos de doutoramento no IE - UFRJ. É pesquisador nível 1 do CNPq. Já orientou diversas teses de mestrado e doutorado. Foi professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense entre 1998 e 2002.

- Diretoria de Estudos Sociais – DISOC: Jorge Abrahão de Castro, graduado em estatística pela Universidade de Brasília (UnB - 1979), e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp - 1997) e pesquisador associado da UnB e do IPEA. Tem experiência na área de economia, com ênfase em Financiamento Público Social, atuando principalmente nos temas: financiamento da educação, políticas sociais, educação, financiamento e gasto social e gastos públicos;

- Diretoria de Estudos Setoriais – DISET: Marcio Wohlers de Almeida, doutor em economia pela universidade de Campinas (Unicamp), onde é professor licenciado com especialização na área da economia e inovação das telecomunicações. Originariamente, graduou-se em engenharia elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), tendo sido assessor especial do Ministério das Comunicações (2003-2005) e pesquisador da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL - Nações Unidas), no Programa Sociedade da Informação (Santiago do Chile), entre 2005 e 2007, e desenvolveu pesquisas na área do impacto regulatório da convergência tecnológica nas telecomunicações. Apresentou estudos e palestras sobre convergência e regulação no Brasil, México, Colômbia, Argentina, Peru, Chile, Costa Rica e El Salvador. É autor de várias publicações e integra o Comitê Científico da European Communications Policy Research (EuroCPR), rede européia de pesquisadores e reguladores de telecomunicações;

- Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos – DIRUR: Liana Maria da Frota Carleial, economista, mestre em economia pelo CAEN da Universidade Federal do Ceará (UFC), doutora

em teoria econômica pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio de pós-doutorado na Université Paris XIII, no Centre de Recherche en Économie Industrielle (CREI), na França. Foi presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social- Ipardes no período 2003-2004 e professora visitante na Faculté d'Économie et Gestion de l'Université de Picardie Jules Verne (Amiens-França) no período 2005-2006. É professora titular licenciada da Universidade Federal do Paraná e pesquisadora do CNPq;

- Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento – DICOD: Mário Lisboa Theodoro, formado em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB), é mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (CME/PIMES). Doutor em Economia pela Université Paris I - Sorbonne. É pesquisador associado ligado ao Mestrado em Política Social da UnB desde 1999, foi técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA de 1986 a 2003 e pertence ao quadro de consultores legislativos do Senado Federal desde 2003;

- Diretoria de Administração e Finanças – DIRAF: Fernando Ferreira, economista, formado pela Universidade de Brasília e pós-graduado em gestão da qualidade de serviços pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atuou na modernização institucional da Secretaria do Tesouro Nacional de 1997 a 2005, desenvolvendo projetos nas áreas de planejamento estratégico, racionalização de processos, implantação do sistema Tesouro de Capacitação, gestão de desempenho (sistemas de avaliação individual e institucional) e risco operacional. De 2005 a 2007 ocupou os cargos de assessor e diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e desenhou o Programa de Fortalecimento Institucional daquele órgão, desenvolvendo projetos nas áreas de Tecnologia de Informação (planejamento estratégico de TI), reformatação do modelo de carreira do Ciclo de Gestão, modernização e revisão estratégica da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), metodologia de avaliação de maturidade de sítios e intranet.

Além da colaboração na realização de trabalhos de interesse do governo no processo de planejamento, elaboração de planos e orçamentos públicos, o corpo funcional do IPEA tem também contribuído na formação de quadros do primeiro e segundo escalão de importantes instituições governamentais.

## 2. O atual papel do IPEA

### 2.1 IPEA no contexto do governo federal:

O IPEA está para a pesquisa econômica aplicada e para a análise das políticas públicas no Brasil como o BNDES está para o financiamento de projetos de longo prazo, o CNPq para o financiamento da pesquisa científica, a Embrapa para a pesquisa agrícola e o IBGE para a geração de estatísticas. Segundo entrevista de João Paulo dos Reis Veloso registrada no livro IPEA 40 Anos – Uma Trajetória Voltada para o Desenvolvimento (2005, p. 22), o objetivo ao se criar esta fundação fundamentou-se em:

A idéia era constituir um órgão pensante de governo, fora da rotina da administração, pois dentro da rotina já havia os grupos setoriais do Planejamento. Pretendíamos que o IPEA fizesse pesquisa econômica aplicada, ou seja, policy-oriented, e que ajudasse o governo a formular o planejamento, numa visão estratégica de médio e longo prazos.

Assim, em decorrência da visão de longo prazo de seus idealizadores, o IPEA nunca abandonou o seu principal propósito que foi o de “apontar caminhos por meio da elaboração de pesquisas, projeções macroeconômicas e projeções setoriais, entre outros, visando subsidiar a formulação da política econômica”.

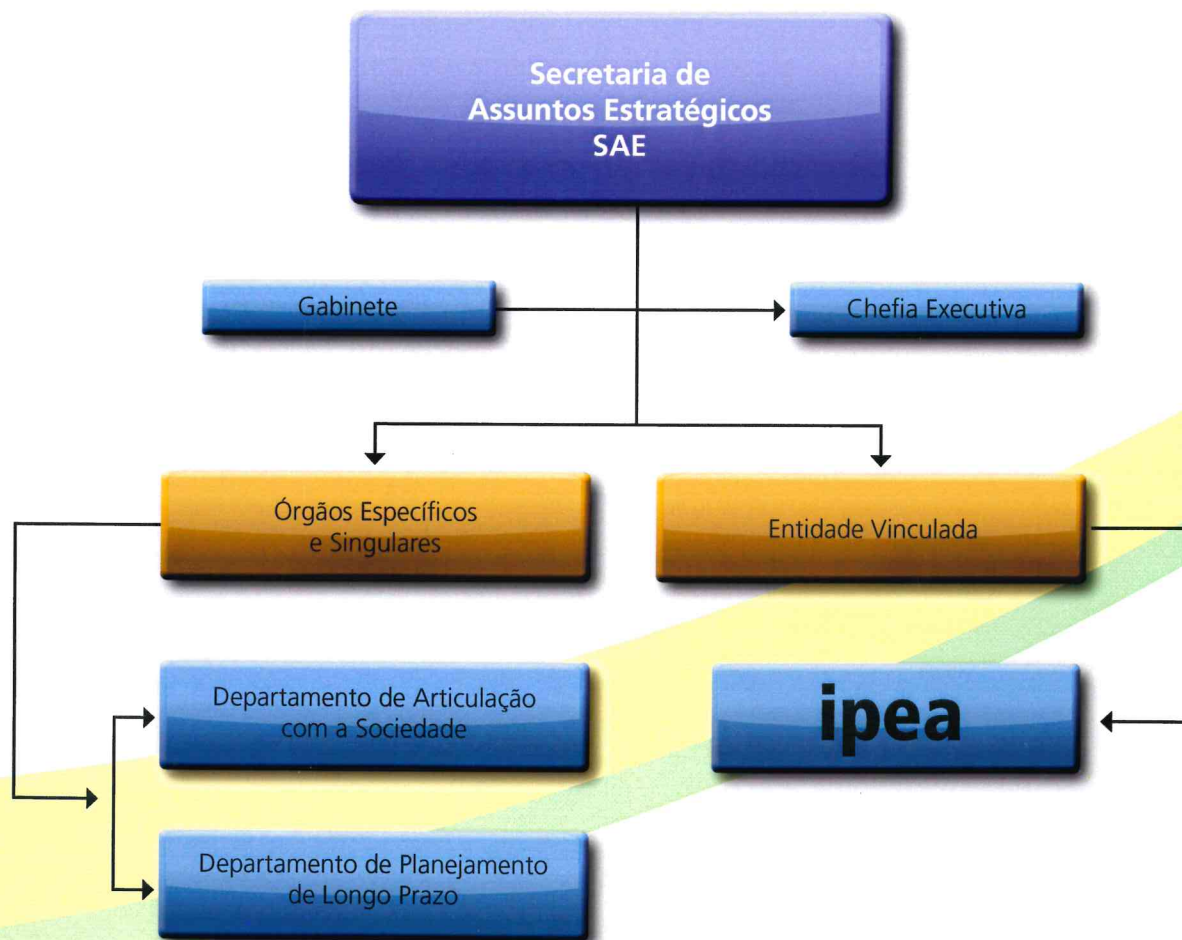
Mais recentemente, o IPEA elegeu a temática do Desenvolvimento Brasileiro – em algumas de suas mais importantes dimensões de análise e condições de realização – como o mote principal de suas atividades e projetos ao longo do triênio 2008/2010. Inscrito como missão institucional – produzir e articular conhecimento para o planejamento do desenvolvimento brasileiro – este mote pretende realizar-se no cotidiano do IPEA por meio das seguintes formas de atuação:

- Desenvolvimento e disseminação de estudos e pesquisas aplicadas.
- Realização de estudos prospectivos aplicados.
- Subsídio à elaboração de planos, políticas e programas governamentais.
- Acompanhamento e avaliação dos planos, políticas e programas governamentais.
- Assessoramento dos processos decisórios de instituições governamentais.
- Realização de ações para a formação de quadros na gestão pública.
- Cooperação com governos e entidades internacionais no seu campo de atuação.

## 2.2 A vinculação à Secretaria de Assuntos Estratégicos

O deslocamento do IPEA da estrutura do Ministério do Planejamento para o NAE/PR, a partir do segundo semestre de 2007, órgão subordinado ao Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos, responsável pelo planejamento das ações de desenvolvimento nacional de longo prazo, determina o reposicionamento estratégico da Instituição com a busca pelo incremento da produção intelectual da Instituição, promovendo o pluralismo das idéias, a dialética e o contraste de posições e a necessidade de se modernizar o modelo de gestão da Instituição de forma a se criar uma base de modernização permanente e sustentável.

Com a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Lei 11.754 de 23 de julho de 2008, o IPEA passa a ser vinculado à esta Secretaria.



### 2.3 Principais atuações nas instâncias governamentais

Seja na concepção e discussão de planos de ampla abrangência, seja na elaboração de metodologias e pareceres, o IPEA tem exercido presença fundamental nas diversas instâncias formuladoras e avaliadoras de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, em especial, aquelas direcionadas à melhoria das condições sociais do país, visando a redução da desigualdade e melhoria do equilíbrio sócio econômicos dos cidadãos brasileiro.

Isto posto, considerando que a função básica do IPEA é a de oferecer produtos de estudos e pesquisas socioeconômicas sobre o Brasil ao setor público, para subsidiar decisões, e à sociedade em geral, para ampliar o conhecimento, o volume de informações e o debate sobre os caminhos da nação, o IPEA tem procurado exercer esse papel por meio da participação em diversas comissões e grupos de trabalho de assessoramento ao governo federal, a seguir relacionados:

- Comissão de Monitoramento e Avaliação do PPA; que tem por objetivo a “elaboração de propostas metodológicas e organização do sistema de monitoramento e avaliação dos programas do PPA”;
- Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação dos Programas do PPA, cuja finalidade é a de “subsidiar os trabalhos da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PPA”, estando composta pelos seguintes órgãos: SPI, SOF, IPEA e SEGES (MPO), da SPE e Tesouro Nacional (MF), da SAG, (Secretaria Geral da Presidência da República) e SAM (Casa Civil);
- Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF com o intuito de acompanhamento e controle social do FUNDEF;
- Fundo para Promoção de Trabalho Decente - Ministério do Trabalho cuja finalidade é coordenar a implementação de fundo financeiro para promoção de trabalho decente;
- Conselho Nacional da Previdência Social;
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD;
- Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho;
- Grupo de Trabalho para elaboração do Relatório Cedaw (Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres);
- Comitê Técnico para Avaliação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres;
- Programa de Afirmação da Igualdade de Oportunidades para Todos, - assessorar o Ministério Público do Trabalho no desenho e na implementação do Programa;

- Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida – COEP;
- Grupo de Trabalho Fome Zero;
- Comissão Técnica de Responsabilidade Social (INMETRO);
- Grupo Executivo para Organização da 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição das Nações Unidas;
- Comitê dos Produtores de Estatísticas Educacionais - COMPED – MEC;
- Grupo de Trabalho Interministerial - Programa de Atenção à Criança (PAC);
- Conselho Consultivo do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens (CCPNPE);
- Comissão Intersetorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – CONANDA;
- Comitê Gestor do Plano Presidente Amigo da Crianças e do Adolescente;
- Avaliação da Situação das Creches Financiadas pela REDE-SAC;CNDI;
- Rede Interagencial de Informação em Saúde - RIPSa - Grupo de Trabalho sobre Recursos da Saúde;
- Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos; Parceria Universidade da Paz - ONU / Costa Rica e Brasil.

### 3. Perspectivas

Os fundamentos nos quais o IPEA procura se amparar para atingir com efetividade aos imensos desafios colocados para a Instituição no período vindouro são:

- Formular estratégias de desenvolvimento nacional em diálogo com atores sociais.
- Fortalecer a integração institucional do IPEA no governo federal.
- Transformar o IPEA em um indutor da gestão pública do conhecimento sobre o desenvolvimento.
- Organizar redes de gestão pública do conhecimento.
- Ampliar a participação do IPEA no debate internacional sobre desenvolvimento.
- Promover o fortalecimento institucional do IPEA.

#### 3.1 O programa de fortalecimento institucional do IPEA

Em fins de 2007, o IPEA iniciou um processo de planejamento estratégico, a fim de delimitar os marcos norteadores da gestão da Instituição. Ao longo de meses de trabalho,

foram estabelecidas a missão, formas de atuação institucional, visão, cinco grandes desafios e sete eixos temáticos de pesquisa.

### **3.2 Os Ciclos de Planejamento Estratégico (CPEs)**

#### **3.2.1 Ciclo de Planejamento Estratégico (CPE) 2008**

##### **Primeiro Ciclo de Planejamento Estratégico do IPEA.**

Em fins de 2007, a Diretoria Colegiada do IPEA iniciou um processo de planejamento estratégico institucional, com o intuito de estabelecer os marcos norteadores da atual gestão. Ao longo de meses de trabalho, a Diretoria Colegiada revisitou a missão e as formas de atuação do órgão; projetou a visão para 2013; estabeleceu cinco grandes desafios estratégicos a serem enfrentados nos próximos anos; e definiu sete eixos temáticos de pesquisa, considerados essenciais para o desenvolvimento brasileiro. O produto deste trabalho resultou na primeira versão do Direcionamento Estratégico do IPEA para o triênio 2008-2010.

Compreendendo que a participação dos servidores da casa é imprescindível neste processo de planejamento, a Diretoria Colegiada promoveu, entre os meses de abril e junho de 2008, doze encontros presenciais com cerca de duzentos servidores dos mais diversos perfis e funções. As “rodas de conversa”, como foram denominados estes encontros, tiveram por objetivo reunir contribuições e críticas que permitissem à instituição enriquecer e aprimorar a versão inicial de seu documento de Direcionamento Estratégico. Visando proporcionar um espaço aberto e franco nesses encontros, sua condução foi feita por moderadores externos, especialistas em facilitação de processos participativos.

Ainda que os encontros presenciais tenham sido capazes de reunir grande parte dos servidores ativos da instituição, o processo de consulta também contou com um canal na intranet para que os servidores pudessem expressar suas opiniões sobre as formulações presentes na versão inicial do documento de Direcionamento Estratégico. Ao final destes processos de consulta, a Diretoria Colegiada reuniu-se para deliberar sobre uma nova versão do documento, a partir das críticas e sugestões recebidas.

Como resultado, chegou-se a um quadro objetivo, que sintetiza a versão atual do documento, com formulações revistas e aprimoradas.

**VERSÃO ATUAL****Após comentários e críticas dos servidores do IPEA****MISSÃO**

“Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.”

**VALORES E PRINCÍPIOS**

1. Respeito às normas que regem a atuação dos servidores públicos, notadamente código de ética e padrões de conduta.
2. Valorização do servidor do IPEA, com base na qualidade de sua atuação.
3. Estímulo à diversidade de idéias.
4. Perspectiva crítica e independente na produção de conhecimento.
5. Interdisciplinaridade na produção de conhecimento.
6. Busca permanente por metodologias e interpretações inovadoras.
7. Transparência e impessoalidade nos processos decisórios.
8. Gestão dialogada e participativa.

**FORMAS DE ATUAÇÃO**

1. Desenvolver e disseminar estudos e pesquisas aplicados
2. Realizar estudos prospectivos aplicados
3. Subsidiar a elaboração de planos, políticas e programas governamentais
4. Acompanhar e avaliar planos, políticas e programas governamentais
5. Assessorar processos decisórios de instituições governamentais
6. Realizar ações para a formação de quadros na gestão pública
7. Cooperar com governos e entidades nacionais internacionais no seu campo de atuação

**VISÃO**

Ocupar um lugar de destaque nos processos decisórios estratégicos do Estado para o desenvolvimento brasileiro. Ser reconhecido como referência nacional e internacional na área de estudos e pesquisas em desenvolvimento, expressa na credibilidade e qualidade de seus produtos e na interlocução qualificada nos principais fóruns sobre o desenvolvimento e políticas públicas.

**DESAFIO 1**

FORMULAR ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL EM DIÁLOGO COM ATORES SOCIAIS

**DESAFIO 2**

FORTALECER A INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL DO IPEA NO GOVERNO FEDERAL

**DESAFIO 3**

TRANSFORMAR O IPEA EM UM INDUTOR DA GESTÃO PÚBLICA DO CONHECIMENTO SOBRE O DESENVOLVIMENTO

**DESAFIO 4**

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DO IPEA NO DEBATE INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO

**DESAFIO 5**

PROMOVER O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO IPEA

**EIXOS TEMÁTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO**

1. Inserção internacional soberana
2. Macroeconomia para o pleno emprego
3. Fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia
4. Estrutura produtivo-tecnológica avançada e regionalmente articulada
5. Infraestrutura econômica, social e urbana
6. Proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades
7. Sustentabilidade ambiental



### 3.2.2 Ciclo de Planejamento Estratégico (CPE) 2009

Com base nos direcionadores estratégicos definidos no CPE 2008 (missão, visão, desafios estratégicos, eixos temáticos para o desenvolvimento, formas de atuação; princípios e valores), e nos Planos de Trabalho da Diretoria, o IPEA estabelecerá este ano metas institucionais que integrarão o Ciclo de Planejamento Estratégico 2009. As metas consistem em ações específicas representadas por projetos e atividades a serem desenvolvidas no período de maio de 2009 a maio de 2010.

Um resumo deste conjunto de iniciativas previstas para o biênio 2009/2010 encontra-se abaixo.

### 3.3 O Plano de Trabalho Institucional do IPEA – biênio 2009/2010.

#### 3.3.1. Integração Sistêmica do IPEA no Ciclo de Gestão das Políticas Públicas Federais.

Já é consenso entre especialistas em políticas públicas e gestores governamentais, que a melhoria das ações de governo, em termos da clássica tríade efetividade / eficácia / eficiência, passa necessariamente por aprimoramentos técnicos ligados ao circuito que vai da formulação e planejamento de políticas e programas, orçamentação, implementação e monitoramento, gestão e controle dos mesmos, até a sua avaliação e redesenho quando pertinente.

Para tanto, faz-se cada vez mais necessária uma aproximação entre os órgãos que compõem aquele circuito, como estratégia conjunta e condição de melhoria das ações e iniciativas governamentais. Pensando nisso, IPEA, SPI, SOF, SEGES, SPE, STN e CGU criaram o Fórum de Integração do Ciclo de Gestão das Políticas Públicas Federais, a partir do que estão desenvolvendo atividades conjuntas com os seguintes objetivos específicos:

- Estabelecer sistemática de relacionamentos técnicos e institucionais para dar concretude ao objetivo de caminhar-se rumo à melhoria das políticas públicas, em todas as suas dimensões;
- Estabelecer condições institucionais e técnicas para o compartilhamento cruzado de bases de dados, acervo de informações já processadas, metodologias de acompanhamento e avaliação de políticas, programas e ações governamentais;
- Estabelecer critérios e condições institucionais para a produção de documentos conjuntos (sob a forma de pareceres e notas técnicas, ou outros que se julgarem necessários e pertinentes), visando contribuir, no âmbito intra-governamental, com avaliações técnicas e propostas de redesenho e/ou reorientação estratégica de políticas, programas e ações de governo.

Em 2009, parte destes objetivos pretende-se atingir por meio do desenvolvimento de metodologias específicas de integração das equipes técnicas de todas as entidades acima citadas, integração esta que se fará, concretamente, por meio de projetos pilotos.

Outra parte daqueles objetivos – ligados mais diretamente a um amadurecimento conceitual e operativo do que deveria ser o ciclo de gestão das políticas públicas no Brasil e sua forma de funcionamento de fato integrado – realizar-se-á, doravante, por meio de eventos periódicos conjuntos, envolvendo todas as entidades acima listadas, e outras que venham a se juntar a este processo de reflexão e diálogo ao longo do tempo.

### 3.3.2. Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro.

O projeto tem por objetivo servir como plataforma de sistematização e reflexão acerca dos desafios e oportunidades do desenvolvimento nacional. Para tanto, seminários de abordagens amplas, oficinas temáticas específicas, cursos de aperfeiçoamento em torno do desenvolvimento e publicações de várias ordens são algumas das atividades a compor este projeto. Trata-se, sabidamente, de um projeto ambicioso e complexo, mas indispensável para fornecer ao Brasil conhecimento crítico à tomada de posição frente aos desafios da contemporaneidade mundial.

- Ciclo de Seminários Bimestrais “Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro”: grandes nomes do pensamento nacional debatendo temas de relevância estratégica para o país.
- Oficinas de “Aperfeiçoamento e Capacitação em Temas e Técnicas para o Desenvolvimento Brasileiro”: organizados em torno dos sete grandes eixos temáticos de pesquisa em discussão dentro do IPEA.
- Plano de Pesquisa e Publicações “Eixos do Desenvolvimento Brasileiro”: série de 10 grandes documentos de referência em torno dos eixos temáticos em discussão, a serem debatidos e produzidos pelo IPEA ao longo do triênio 2008/2010.
- Atividade de “Acompanhamento e Análise das Políticas Públicas Federais Brasileiras”: institucionalização de sistemática de acompanhamento das políticas públicas e produção de documentos próprios e em parceria com os demais órgãos do Ciclo de Gestão.
- No biênio 2009/2010, além da agenda de seminários e oficinas que já se encontra em curso, destaque especial será dado à produção dos documentos de referência sobre os eixos do desenvolvimento brasileiro. Cada um dos livros está estruturado de forma a ser capaz de apresentar: i) um diagnóstico sintético, mas atualizado, de cada campo temático ou questão-chave contemplada; ii) um diálogo com o mundo das políticas públicas correspondentes e seus impactos ou sua capacidade de enfrentar os principais problemas diagnosticados; e, por fim, iii) um conjunto de diretrizes para (re)organizar – quando for este o caso – a orientação e a ação governamental federal por meio de suas principais políticas públicas.

### **3.3.3. Brasil: estado de uma Nação 2008/2009 – planejamento, políticas públicas e desenvolvimento.**

Como parte da tarefa de enfrentar os desafios estratégicos referendados pelo processo de planejamento e fortalecimento institucional do IPEA, cabe à instituição institucionalizar e sistematizar internamente uma prática de acompanhamento, análise, avaliação e prospecção das diversas políticas, programas e ações governamentais de âmbito federal.

Trata-se então aqui de ampliar o projeto “Brasil: estado de uma Nação”, visando readequá-lo à finalidade precípua do Programa IPEA–BID, qual seja: “contribuir para uma melhor formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas brasileiras”.

Para tanto, além do trabalho cotidiano de assessoramento técnico praticado por boa parte dos técnicos do IPEA junto a seus parceiros em ministérios e outros órgãos e instâncias de governo, far-se-á necessário, também, desenvolver metodologias e ferramentas de trabalho coletivo, visando promover, de modo permanente, atividades de acompanhamento, análise, avaliação e prospecção das ações do governo federal em cada um dos campos de atuação e conhecimento das diretorias do IPEA, de modo a se obter, ao longo dos anos, capacitação técnica e visão institucional abrangente e aprofundada acerca dos problemas nacionais e da capacidade das políticas públicas em enfrentá-los adequadamente.

#### **3.3.4 Projetos de Pesquisa do Programa IPEA-BID.**

Também com intuito de dar concretude aos sete eixos temáticos do desenvolvimento acima delineados, foram estruturados os projetos que compõem a presente versão do Programa de Pesquisa IPEA-BID. Ele foi concebido para resolver três demandas explícitas de Auditoria realizada em 2007, de tal modo a ser capaz, portanto, de:

- Dialogar com os delineamentos e norteadores estratégicos do processo de planejamento institucional em curso no IPEA.
- Suplantar a lógica da divisão de projetos por diretorias, tornando o processo de trabalho mais integrado e gerando produtos de pesquisa mais estruturantes.
- Aproveitar os acúmulos de conhecimento instalados dentro do IPEA, de modo a valer-se – para a produção dos documentos finais de pesquisa – de mais técnicos da própria instituição que de colaboradores externos contratados.

#### **3.3.5. ACT, Convênios e Contratos em andamento.**

É já histórica a vocação do IPEA em associar-se a órgãos e instâncias governamentais para o acompanhamento, análise e avaliação de políticas públicas, bem como para a produção

de estudos e pesquisas aplicadas nas mais diversas áreas do conhecimento nas quais as suas diversas diretorias atuam.

Com tal arco de relacionamentos estratégicos, é possível ao IPEA atender uma quantidade ampla de demandas institucionais, de sorte tanto a fornecer subsídios técnicos aos processos governamentais de tomada de decisões, como ainda gerar conhecimento específico a interpretações de caráter geral sobre os rumos e os desafios do desenvolvimento nacional.

### **3.3.6. Redes de Pesquisa IPEA.**

A complexidade dos fenômenos relacionados às áreas temáticas eleitas e priorizadas pelo IPEA para orientar e compor o conjunto de seus trabalhos ao longo do triênio 2008/2010 torna imperativa uma estratégia de conformação e sustentação de redes de pesquisa.

Visando aumentar a capacidade de reflexão e produção de conhecimento em torno daquelas sete áreas temáticas ligadas fortemente ao tema do desenvolvimento brasileiro, é que o IPEA está se associando a outras entidades de pesquisa, produção de conhecimento e entidades de pesquisadores, nacionais e internacionais, reconhecidas publicamente por sua competência em cada uma de suas áreas de atuação.

Em todos os casos listados abaixo, pretende-se definir áreas temáticas de interesse e competência comuns para a realização de projetos e atividades conjuntos, tais que redundem em oficinas de trabalho, compartilhamento de bases de dados e de metodologias de pesquisa aplicada, seminários temáticos e publicações de diversas ordens.

### **3.3.7. Novo Sistema de Indicadores Econômicos e Sociais – SIES/IPEA.**

O SIES é um conjunto de indicadores que foram desenvolvidos ao longo de 2008 e que desde então estão sendo aperfeiçoados e disponibilizados publicamente. Com eles, o IPEA terá informações bastante úteis para antecipar cenários macroeconômicos e analisar como a população percebe seu nível de bem-estar social. Ao longo de 2009, o IPEA pretende criar condições para publicizar o seguinte conjunto de indicadores:

#### **♦ Sensor Econômico.**

- Busca aferir expectativas econômicas das entidades representativas do setor produtivo brasileiro, exceto o financeiro. Aqui, sindicatos patronais responderão por seus associados sobre questões agrupadas em blocos que permitirão antever uma série de opções e um melhor diagnóstico de alguns dos itens mais dinâmicos da demanda agregada brasileira.

- ◆ Indicador de Produção Industrial Mensal.
  - Prevê a taxa de crescimento do setor industrial com base no desempenho dos indicadores de quatro setores estratégicos: fluxo de veículos pesados, produção de papelão, produção de autoveículos e carga de energia.
  
- ◆ Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD).
  - Traz informações sobre a qualidade de alguns dos mais importantes aspectos do movimento socioeconômico brasileiro. Com ele, será possível avaliar a qualidade e sustentabilidade do crescimento econômico do país, a evolução do nível de bem-estar social e o tipo de inserção externa que o Brasil vivencia em relação ao resto do mundo.
  
- ◆ Indicadores de Percepção Social (IPS).
  - Visa captar a avaliação das pessoas sobre serviços de elevado interesse público como saúde, educação, transporte, segurança, etc. Essas informações auxiliarão nas análises relativas aos serviços públicos e às políticas e programas governamentais que os sustentam, pois desnudarão problemas de atendimento e outros gargalos em políticas e serviços públicos específicos.
  
- ◆ Índice de Expectativa Econômica das Famílias (IEF).
  - Investiga algumas expectativas sobre o futuro próximo de determinados grupos de famílias. Com isso, movimentos da massa de consumo serão antevistos com maior precisão. Será um índice amplo, envolvendo, além das perguntas tradicionais, questões sobre crédito, endividamento e emprego. Do ponto de vista geográfico também será significativo, abrangendo Brasil, suas regiões naturais e seis das mais importantes capitais do país.
  
- ◆ Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF).
  - Agrupa num único índice um conjunto de indicadores de condições de vida da população pobre cadastrada no CadÚnico, registro administrativo do MDS relativo aos beneficiários do Programa Bolsa-Família. Tais indicadores cobrem as seguintes dimensões desta população: a) vulnerabilidade (composição demográfica das famílias, inclusive com a indicação da presença de mulheres grávidas e amamentando (nutrizes), e também sobre a presença de pessoas com necessidades especiais; b) acesso a conhecimento; c) acesso ao trabalho; d) disponibilidade de recursos (renda e despesa familiar per capita e despesas com alimentação); e) desenvolvimento infantil; f) condições habitacionais (acesso a serviços públicos básicos como água, saneamento e energia elétrica).
  
- ◆ Índice de Desenvolvimento da Economia da Cultura (IDECULT).
  - Construído pelo IPEA em parceria com a UNESCO, tem por objetivo dimensionar a dinâmica dos municípios brasileiros em termos de oferta e consumo de bens e serviços culturais. O IDECULT é um indicador sintético que contém cinco subíndices: dois relacionados à dinâmica do mercado de trabalho cultural (construídos pela CNAE e pela CBO, a partir do Censo Demográfico), dois subíndices de consumo das famílias (construídos a partir da pesquisa de orçamento familiar POF) e um relacionado à presença de equipamentos culturais nos municípios. O IDECULT e seus subíndices podem ser calculados anualmente por técnicas estatísticas ou na periodicidade das pesquisas básicas utilizadas.

### 3.3.8. Projeto IPEA na Universidade.

Este projeto está composto pelos seguintes programas:

◆ Bolsas Anpec/Anpocs/Anpur.

Apoiar, mediante concessão de bolsas, estudantes de mestrado que se proponham a elaborar dissertações sobre o tema do desenvolvimento. Esta ação contemplará estudantes vinculados à Anpec, à Anpocs e à Anpur. A cada uma das três associações serão destinadas 20 bolsas, perfazendo um total de 60 bolsistas beneficiados.

◆ Programa de Cátedras IPEA.

As Cátedras IPEA consistirão em bolsas de pesquisa para os cursos de pós-graduação em Economia reconhecidos pelo MEC, de 27 universidades públicas brasileiras, federais e estaduais. O projeto será implantado inicialmente nas universidades públicas, como um projeto-piloto para incentivar o debate sobre o pensamento econômico e social brasileiro, instituir redes de pesquisa, e fortalecer o entendimento sobre o desenvolvimento.

Entre os patronos do programa, os pesquisadores poderão escolher nomes como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Ruy Barbosa, Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen, Alberto Pasqualini, Roberto Campos e José Bonifácio entre outros renomados economistas cuja obra foi de grande importância para o desenvolvimento nacional.

◆ Apoio a Eventos Técnico-Científicos.

No âmbito das redes IPEA / Associações de Pesquisadores e IPEA / Anpec-Anpocs-Anpur, o IPEA tem apoiado a realização de diversos encontros nacionais, e a idéia é não só continuar nesta tarefa, mas ampliar a própria participação dos trabalhos e pesquisadores do IPEA nestes encontros, como forma de validá-los cientificamente, contribuindo, assim, para o debate público em torno de temas relevantes para a construção de uma agenda de desenvolvimento nacional.

◆ Intercâmbio Estudantil (Parceira IPEA/ANGE/Programa PET).

Com o objetivo de aproximar o IPEA das universidades brasileiras, este programa visa acolher estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação em nível superior do país, com vistas a oferecer-lhes uma experiência prática de pesquisa no próprio IPEA, durante os meses tradicionais de férias estudantis, contribuindo, assim, para vivências e aprendizados relativos às atividades profissionais em planejamento e pesquisa que o IPEA desenvolve.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Nos dois primeiros anos este intercâmbio será feito com alunos dos cursos de ciências econômicas; na seqüência serão incorporadas outras áreas do conhecimento no âmbito da atuação do IPEA.

### **3.3.9. Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Políticas Públicas (parceria IPEA–ENSP Fiocruz/DF).**

Desenvolvimento e Políticas Públicas constituem campos estratégicos de conhecimento e de intervenções voltadas para a melhoria das condições de vida da população. A expansão dos serviços, políticas e programas nos diferentes setores relacionados ao desenvolvimento vem exigindo a formação de gestores públicos que reúnam tanto conhecimento teórico sobre as áreas de desenvolvimento e de políticas públicas, como domínio de métodos, ferramentas e instrumentos que permitam a operacionalização da gestão das políticas dentro de uma perspectiva intersetorial.

Visando fortalecer a capacidade de gestão pública nos vários setores sociais envolvidos na área de desenvolvimento, este curso tem por meta a formação teórica e a capacitação técnica de gestores governamentais na formulação, análise e avaliação de políticas públicas. Assim, o curso pretende responder a essa necessidade urgente de formação interdisciplinar na gestão pública brasileira.

### **3.3.10. Prêmio IPEA / CEF.**

O prêmio IPEA / CAIXA foi instituído em 2004, por ocasião das comemorações dos 40 anos do IPEA, com os objetivos de estimular a pesquisa sobre desenvolvimento econômico, social e financeiro, e de divulgar trabalhos de reconhecida qualidade nessas áreas. O êxito de tal parceria até agora resultou em quatro edições do Prêmio.

Para 2009, considerando o Acordo de Cooperação Técnica IPEA / CAIXA, assinado em dez/2008, o objetivo do Prêmio está mais diretamente voltado para apoiar atividades de pesquisa nas áreas dos eixos temáticos do Desenvolvimento Brasileiro, por meio de seleção pública de projetos de estudos e pesquisas para aprovação e premiação de trabalhos.

Cabe acrescentar que somente serão aceitos projetos inéditos, em português, que não tenham sido publicados ou divulgados, no todo ou em parte, por qualquer meio de comunicação.

## **4. A instituição IPEA**

Atualmente, a Fundação federal IPEA, dotada de autonomia administrativa, orçamentária e financeira, bem como quadro próprio de pessoal, encontra-se sediada na Capital Federal, onde acomoda a Presidência e unidades auxiliares, além de quatro diretorias de pesquisa nas áreas finalísticas da instituição. Além da sede em Brasília, o Instituto ainda mantém uma unidade na cidade do Rio de Janeiro, com servidores de todas as diretorias ali representadas.

#### 4.1 Estrutura administrativa do Instituto

A atual estrutura administrativa do IPEA tem como fundamento legal o Decreto nº 4.745, de 16.06.2003, cujo anexo apresenta prevê em seu organograma, como unidade da Fundação, a Presidência, seu gabinete e o respectivo órgão de assessoramento direto, além de uma procuradoria federal, encarregada de tratar de assuntos jurídicos, um centro de treinamento, atualmente desativado e cinco diretorias.

##### 4.1.2 DIRAF: Diretoria de Administração e Finanças.

Das seis diretorias, compete à Diretoria de Administração e Finanças - DIRAF atuar na gestão corporativa e no planejamento estratégico, enquanto as demais cinco diretorias, ditas finalísticas, cabe promover estudos e pesquisas voltadas para as áreas de desenvolvimento urbano, macroeconomia, desenvolvimento social, cooperação internacional, e outros ramos de conhecimento afins, inclusive envolvendo trabalhos específicos diretamente relacionados a questões mais contemporâneas, tais como inovação tecnológica, problemática ambiental, política fiscal e monetária, desequilíbrios regionais e setoriais e ênfase maior nas pesquisas na área social.

Entretanto, devido ao reposicionamento institucional advindo de sua vinculação à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, além da elevação continuada da demanda instalada por um número cada vez maior de Acordos de Cooperação Técnica, cuja governança solicita um maior suporte técnico e de gestão, encontra-se em estudo nova proposta de estruturação da Fundação, com vistas a melhor dotá-la de condições para enfrentar os novos desafios que ora se apresentam de “pensar o país no longo prazo”.

Tal como se encontra atualmente organizado o IPEA, as suas diretorias finalísticas são capazes de acompanhar políticas públicas e produzir estudos e pesquisas aplicadas em uma quantidade ampla de áreas do conhecimento. Com tal escopo de atuação, é possível ao IPEA dar suporte técnico à produção de conhecimento acerca do desenvolvimento brasileiro, notadamente naquelas sete áreas temáticas priorizadas pelo processo de planejamento estratégico em curso na instituição.

Uma amostra disso se encontra abaixo mencionada.

##### 4.1.3 DICOD: Diretoria de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais.

A Diretoria de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais vem passando por modificações em sua estrutura interna e formas de atuação, visando conferir-lhe um perfil múltiplo, capaz de absorver e executar as transformações sugeridas pelo processo de planejamento estratégico



em curso no IPEA desde 2008. Neste sentido, são basicamente três as áreas de atuação sobre as quais a diretoria deverá se concentrar doravante, a saber:

- Estruturação e coordenação de cursos e atividades de formação e de capacitação profissional, sendo a biblioteca uma coordenação associada importante.
- Estruturação e coordenação das atividades relacionadas à cooperação com organismos e instituições internacionais, bem como ao intercâmbio de pesquisadores do IPEA no exterior e vice-versa.
- Estruturação e coordenação de estudos e pesquisas aplicadas aos temas das relações econômicas e políticas internacionais, por meio do que se pretende dar concretude ao eixo da Inserção Internacional Soberana, definido como estratégico para o IPEA no seu processo de fortalecimento institucional.

#### **4.1.3.1. Coordenação de Documentação e Biblioteca – CODOB**

Biblioteca:

Ela existe desde a criação do Instituto, os primeiros registros bibliográficos datam de 1965, ainda na era EPEA (Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada).

Em 1970, foi instalada a biblioteca em Brasília, parte do seu acervo veio transferido do Rio de Janeiro, resultando duas unidades: a de Brasília e a do Rio de Janeiro. As primeiras iniciativas para a informatização da biblioteca Brasília, foram tomadas na década de 80.

Em 1990, o acervo do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico e Social – Cendec foi incorporado pela unidade de Brasília. O processo de informatização da Biblioteca IPEA (Brasília e Rio de Janeiro) com a aquisição do Software OrtoDocs, que opera no formato MARC, desenvolvido pela Potiron Informática, iniciou-se em 1997.

No ano de 2000 o catálogo do acervo da Biblioteca IPEA, foi disponibilizado na Intranet e na Internet, nas unidades de Brasília e Rio de Janeiro.

O objetivo da Biblioteca se constitui em atender a demanda informacional dos pesquisadores do IPEA, servindo de apoio às atividades de pesquisa da instituição, dispondo os recursos necessários para o desenvolvimento dos projetos e pesquisas por eles realizados.

Seu acervo compõe-se de:

- Base Acervo Geral – especializada em economia, planejamento econômico e social e políticas governamentais, contendo 57658 registros;
- Base Produção Técnica (memória técnica do IPEA) – Com 8059 registros bibliográficos editados ou co-editados pelo Instituto no período entre 1964 até os dias de hoje e
- Base Autoridade – está sendo implementada a Base de Dados Terminologia, também através dos recursos do Software OrtoDocs. No momento com 4239 descritores utilizados na Base Acervo com o objetivo de construir um Thesaurus na área de especialização do IPEA.

Quanto ao atendimento ao público, é facultada a utilização da biblioteca aos pesquisadores e servidores do IPEA, sendo estendida ao público em geral, para efeito de consulta e através do empréstimo entre bibliotecas.

Esse atendimento pode ser realizado por consulta local, por telefone, fax ou solicitações feitas pela Internet e através dos e-mails:

biblioteca@IPEA.gov.br e bibliotecarj@IPEA.gov.br

O empréstimo pode ser:

- Domiciliar: serviço exclusivo para os servidores, consultores, DAS e estagiários do IPEA;
- Permanente: modalidade que permite o empréstimo de dicionários, manuais (Informática), livros jurídicos, utilizados na Presidência, Procuradoria Jurídica, diretorias e coordenações gerais ou
- Entre Bibliotecas: permitido às bibliotecas cadastradas no Distrito Federal e Rio de Janeiro.

Há, também, o intercâmbio de publicações, o qual visa à obtenção de publicações de interesse dos pesquisadores, através de acordos de permuta e/ou doação.

Mensalmente são colocadas à disposição dos usuários na Intranet, os sumários de periódicos recebidos na biblioteca e a lista de novas publicações incorporadas ao acervo da biblioteca.

No caso de haver duplicatas, faz-se uma listagem para doação às instituições interessadas, cadastradas na biblioteca.

A unidade do Rio de Janeiro é uma biblioteca-base da rede de Programa de Comutação Bibliográfica (Comut), com recursos bibliográficos, humanos e tecnológicos adequados para o atendimento às solicitações de seus usuários, essa rede permite às comunidades acadêmicas e de pesquisas o acesso a documentos em todas as áreas do conhecimento (através de cópias de artigos de periódicos, teses, anais de congressos, capítulos de livros), exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa, respeitando-se rigorosamente a Lei de Direitos Autorais. Atua por meio de uma rede de bibliotecas, denominadas bibliotecas-base.

As Bases Eletrônicas da biblioteca são: ECONLIT FULL TEXT, Portal CAPES - Sistema TECWIN (Tarifa Externa Comum) e Base Legislação do IPEA

Trabalho - iniciado em junho de 2005, visando a organização e recuperação da legislação pertinente ao IPEA (Diário Oficial da União e Boletim de Pessoal), Software SILAB -Sistema de Informação de Legislação.

## Contatos:

Brasília:  
SBS Ed. BNDES, 2º andar  
CEP: 70076-900 – Brasília - DF  
Tel: (61) 3315-5331  
Fax: (61) 3315-5148  
E-mail: biblioteca@ipea.gov.br  
Horário de Funcionamento: 08:30 às 18:00 hs.

Rio de Janeiro:  
Av. Presidente Antônio Carlos, 51, 16º andar - Castelo  
CEP: 20020-010 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (21) 3515-8540  
Fax: (21) 3515-8566  
E-mail: bibliotecarj@ipea.gov.br  
Horário de Funcionamento: 09:00 às 18:00 hs.

## Arquivo:

O Arquivo Central começou a ser organizado em 2001, com o objetivo de desenvolver um Sistema Integrado de Arquivos para a preservação da memória institucional do IPEA.

Foi realizado um diagnóstico do acervo documental do Instituto, através de visitas, entrevistas e reuniões em todas as unidades técnicas e administrativas, de Brasília e do Rio de Janeiro. Toda documentação foi mensurada e fotografada caso a caso para que se pudesse ter uma visão do conjunto do acervo a ser organizado.

O IPEA em cumprimento ao art. 18 do Decreto 4073, de 03/01/2002 que regulamenta a Lei 8159 de 08/01/1991, resolveu: instituir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Arquivísticos (Portaria IPEA nº 108 de 11/09/2002, DOU, Seção 2, de 24/09/2002); nomear os membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (Portaria nº 200 de 20/12/2002, Boletim de Pessoal de 10/01/2003) e em 31/01/2003 foi realizada a primeira reunião da Comissão, onde foi discutido e aprovado a Minuta do Regimento Interno da Comissão.

Em 2004 foi aprovado o Regimento Interno da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (Portaria nº 11 de 28/01/2004, Boletim de Pessoal de 10/02/2004) com a finalidade de avaliar os documentos para descartes e supervisionar a aplicação da tabela de temporalidade.

A missão do Arquivo ficou definida como sendo: preservar a memória documental do IPEA, tratar, classificar e armazenar os documentos, além de facilitar a gestão documental através do Sistema Integrado de Arquivo e disseminar ao público a informação acumulada em seu acervo.

A documentação guardada no Arquivo Central pode ser pesquisada e acessada via SIGDOC (Sistema Integrado de Gestão de Documentos), para o caso de realização de Pesquisa Documental.

São recebidos pelo Arquivo Central todos os documentos que cumpram suas atividades correntes e ainda necessitam de guarda por algum tempo determinado ou que serão guardados permanentemente, sempre de acordo com a tabela de temporalidade. Essa transferência deve ser acompanhada por um dos técnicos do Arquivo Central.

A fim de garantir que a classificação de documentos, o arquivamento e a busca à informação contida nos arquivos correntes sejam acessíveis a todos de forma eficiente, os funcionários dos arquivos correntes (setoriais) são treinados pelo Arquivo Central.

O Arquivo Central alimenta a base de dados do Sistema Integrado de Gestão de Documentos (SIGDOC), o qual controla a gestão e o arquivamento dos documentos do IPEA.

Contato:

Brasília  
SBS Ed. BNDES, Sobreloja  
CEP: 70076-900 – Brasília - DF  
Tel: (61) 3315-5229  
Horário de Funcionamento: 08:30 às 18:00 hs.

#### **4.1.4. DIMAC: Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas.**

A Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas realiza estudos, pesquisas e assessoria técnica em temas predominantemente da macroeconomia. Seu escopo de atuação pode ser percebido pela forma como a diretoria tem buscado se organizar internamente, mediante as seguintes coordenações temáticas: Comércio Exterior e Política Comercial, Regimes Monetário e Cambial, Economia e Política Monetária, Finanças Públicas, Economia Financeira, Grupo de Análise e Previsões.

Com isso, a DIMAC se concentra, sobretudo, nos trabalhos que se desenvolvem no âmbito do eixo “Macroeconomia para o Pleno Emprego”, um dos mais importantes para a agenda de desenvolvimento nacional definida como objetivo institucional principal do IPEA ao longo do processo de planejamento estratégico em curso na Instituição.

#### **4.1.5. DIRUR: Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais.**

A Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais foi praticamente toda refundada ao longo de 2008, no bojo do processo de planejamento estratégico do IPEA, para dar conta de cobrir às seguintes áreas temáticas: Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Federativo, Desenvolvimento Urbano, Estudos Regionais, Estudos Setoriais Urbanos.

Com isso, à DIRUR vai sendo possível assumir trabalhos que se situam em três dos sete eixos estratégicos para o desenvolvimento nacional, denominados de “Infraestrutura Econômica, Social e Urbana”, “Estrutura Tecnológica e Produtiva Avançada e Regionalmente Articulada” e “Sustentabilidade Ambiental”.

#### **4.1.6. DISET: Diretoria de Estudos e Políticas de Inovação, Regulação, Produção e Infraestrutura.**

A Diretoria de Estudos e Políticas de Inovação, Regulação, Produção e Infraestrutura está sendo rebatizada no bojo do processo de planejamento estratégico em curso no IPEA, com vistas a dar guarida a um amplo leque de temáticas que quase sempre fizeram parte do seu escopo de atuação e que voltam agora a ser fundamentais para o macro-objetivo de se pensar e planejar o desenvolvimento nacional.

Neste sentido, vai-se, gradativamente, institucionalizando-se uma estrutura interna capaz de cobrir, de modo sistemático e permanente, as seguintes áreas do conhecimento aplicado: Agropecuária, Nano e Biotecnologia, Infraestrutura Econômica, Sistemas de Produção e de Inovação, Financiamento ao Investimento e à Inovação, Tecnologias da Informação e da Comunicação, Regulação e Estudos de Mercado, Estratégias de Crescimento das Firms, Instituições e Empreendedorismo.

Com isso, a DISET se habilita a participar, sobretudo, dos trabalhos que se desenvolverão no âmbito de dois dos sete eixos estratégicos para o desenvolvimento nacional, denominados de “Infraestrutura Econômica, Social e Urbana” e “Estrutura Tecnológica e Produtiva Avançada e Regionalmente Articulada”.

#### **4.1.7. DISOC: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais.**

A Diretoria de Estudos e Políticas Sociais realiza estudos, pesquisas e assessoria ao governo federal na área social. Os estudos e pesquisas têm se orientado tanto pela análise das condições de vida da população, quanto pelo acompanhamento das políticas públicas. A assessoria tem sido empreendida na formulação e implementação de políticas, planos, programas e projetos, e envolve a produção de notas técnicas, a participação em reuniões executivas, a composição de conselhos, grupos de trabalho e comitês, e a avaliação de programas e projetos.

Com relação aos eixos de desenvolvimento estabelecidos no atual processo de planejamento estratégico do IPEA, a DISOC tem atuado predominantemente no eixo “Proteção Social e Geração de Oportunidades”, mas também se coloca no eixo “Fortalecimento das Instituições, do Estado e da Democracia”.

A DISOC possui 16 coordenações temáticas, que se organizam em torno das políticas públicas orientadas à proteção social e à promoção de direitos e oportunidades. Para dar conta das diferentes políticas públicas nestas áreas citadas, estão estruturadas as coordenações centrais da seguridade social (*Previdência Social, Assistência Social e Saúde*), e também as coordenações de *Trabalho e Renda* e *Desigualdade e Pobreza*. Com foco maior nas políticas sociais voltadas para a promoção de direitos e oportunidades, encontram-se as coordenações

de Educação, Cultura, Igualdade Racial, Igualdade de Gênero, Direitos Humanos e Cidadania, Desenvolvimento Rural, População e Cidadania e Justiça e Segurança Pública. Com focos em temas multissetoriais, estruturam-se as coordenações de *Finanças Sociais, Avaliação de Políticas Públicas, Responsabilidade Social*. Todas estas coordenações dispõem de um plano de trabalho próprio, envolvendo tanto os trabalhos interssetoriais quanto as ações de iniciativa própria e de resposta a demandas externas ao IPEA, principalmente dos Ministérios setoriais.

## 5. Os recursos humanos do IPEA

No desempenho de atividades cotidianas, tanto voltadas para a pesquisa e formulação de planos quanto para o planejamento e a gestão organizacional, o IPEA conta atualmente com uma força de trabalho bastante heterogênea. Nos quadros a seguir estão demonstrados os quantitativos de servidores no IPEA, respectivamente de nível superior e intermediário, discriminados por cargo:

Cargos de Nível Superior	Ativo	Cedido	Vagos	Total
Téc Planejamento e Pesquisa	163	50	233	446
Tec Desenv e Administração	25	10	22	57
Assessor Especializado	8	3	40	51
Analista de Sistemas	21	11	14	46
Médico	2	-	-	2
<b>Total</b>	<b>219</b>	<b>74</b>	<b>309</b>	<b>602</b>

Cargos de Nível Intermediário	Ativo	Cedido	Vagos	Total
Auxiliar Técnico	55	40	85	180
Auxiliar Administrativo	39	18	22	79
Secretária	13	11	69	93
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>69</b>	<b>176</b>	<b>352</b>

Além dos servidores efetivos da casa, o Instituto também se beneficia da colaboração de servidores públicos cedidos por outros órgãos, bem como de outros profissionais não pertencentes ao Estado, recrutados para prestar serviços em caráter temporário ou permanente, tais como estagiários, bolsistas e trabalhadores terceirizados.

## 5.1 Direitos e deveres dos servidores

### Assistência à Saúde

O serviço local de assistência à saúde do IPEA conta com o atendimento de médicos (clínico geral e cardiologista), enfermeira para todos os funcionários da instituição, e fisioterapeuta, nutricionista, psicóloga e assistente social para os servidores e dependentes que fazem parte do plano de saúde oferecido pela FIPECq/AMIL.

O serviço médico dispõe dos seguintes equipamentos: cardioversor, tensiômetro (medidor de pressão), glicosímetro e laringoscópio. O atendimento é feito por ordem de chegada.

São feitas campanhas regulares de vacinação e de exames médicos preventivos.

Ramal: 5378 ou 5305

### **Dias e Horários de Atendimento:**

Especialista	Dias da Semana	Horários
Médico	De segunda-feira à sexta-feira	Clínico geral: 8:00 às 12:00 Cardiologista: 14:00 às 17:00
Enfermeira	De segunda-feira à sexta-feira	8:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00

### Auxílios

#### **Auxílio Alimentação**

Destina-se a subsidiar as despesas com refeição do servidor, sendo-lhe pago diretamente. O auxílio-alimentação será concedido ao servidor civil ativo em pecúnia e terá caráter indenizatório, desde que efetivamente em exercício nas atividades do cargo público.

**Legislação:** IN CGRHU Nº 08B, DE 10/05/02; Leis nº 8.460, de 17 de setembro de 1992; nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997 e Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001.  
SECAP

Ramal: 5372

## Auxílio-Funeral

Corresponde à remuneração ou provento a que o servidor faria jus se vivo fosse, no mês do falecimento, independentemente da causa mortis.

**Legislação:** Art.226, Lei nº 8.112 de 1990

SECAP

Ramal: 5046

## Auxílio-Natalidade

É devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, inclusive no caso de natimorto. Na hipótese de parto múltiplo, o valor será acrescido de 50% (cinquenta por cento), por nascituro. O auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora.

**Legislação:** Art. 196, §1º e 2º, Lei nº 8.112 de 1990

SECAP

Ramal: 5046

### 5.2 A ética no exercício do cargo

Já há consenso de que a gestão da ética na administração pública é fator indispensável para a efetividade das políticas públicas. Diversos instrumentos foram criados com esse objetivo, como a Comissão de Ética Pública, o Código de Conduta da Alta Administração, dos Agentes Públicos da Presidência e Vice-Presidência e do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, entre outros. [http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/cepub/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/cepub/)

A primeira reflexão que somos levados a fazer refere-se ao porquê de tantos instrumentos para tratar do mesmo assunto. Com certeza, isso ocorre tanto pela inexistência de consenso acerca do que é ético, como pelo próprio anseio social em ter interlocutores éticos e justos.

Dessa forma, paira no ar a "aeticidade" em que se discutem os padrões éticos de conduta e a ética no serviço público, sem que a ética pouse em algum lugar como condicionante do comportamento de políticos, executivos, governantes e gerentes. Complexos, comportamentos éticos não se garantem por meio de códigos de conduta, castrações de direitos ou punições de desvios. A própria deontologia administrativa, ciência que estuda quais são os deveres dos administradores públicos como guardiões do bem público-coletivo, não consegue explicar o desmoronamento das condutas éticas.

Isso ocorre porque ética, proveniente do grego ethikós, refere-se à essência dos atos humanos e tem como objeto a moralidade desses atos, variável num contínuo que vai da



bondade à malícia de comportamentos humanos. Todo pensamento ético gravita em torno de duas questões fundamentais: o bem ou o mal. Assim, ética é basicamente uma questão axiológica, porque diz respeito aos valores humanos em que o humano do ser, em linguagem fenomenológica, se sobrepõe ao ser humano.

É possível perceber que são os valores predominantes na sociedade brasileira e em seus governantes e políticos os fatores determinantes da qualidade dos serviços públicos. Ilusões e esperanças têm se desmoronado e é possível distinguir três fatores responsáveis por isso.

Antes de tudo, destaque-se que cada um carrega consigo mesmo uma hierarquia abstrata de valores que orienta suas escolhas. Pode colocar no ápice da cadeia hierárquica a solidariedade, a comunhão, o interesse público ou, em vez disso, a rivalidade ostensiva, o individualismo exacerbado e o interesse pessoal. Em segundo lugar, possui uma visão, mais ou menos esquemática, das forças em competição, avaliando as que se sintonizam com seus valores e rejeitando e se opondo às que deles se afastam.

Esses dois fatores são condicionados por um terceiro: o fluxo de informações que se registram no cérebro humano. A globalização da informação pode conduzir à desinformação na medida em que a agilidade e a rapidez desse fluxo, além de sua quantidade em prejuízo da qualidade, levem administradores públicos a filiar-se a forças destruidoras de seus valores, impedindo sua realização.

Valores se constroem, destroem e reconstroem em movimento incessante e dinâmico. Nesse processo, urge estancar o processo de destruição dos valores éticos na administração pública. Pousem eles definitivamente em nosso chão, tarefa de todos, e não só de um ou de determinados segmentos da sociedade.

Essa tarefa implica ousadia, coragem, vontade política firme, inclusão social, práticas gerenciais transformadoras, descentralização de poder e, sobretudo, preservação de valores éticos. Queremos causar perplexidade para que você que está ingressando na carreira pública, que vai lidar com a coisa pública, perceba seu papel como protagonista de mudanças na administração pública, olhando e garantindo o humano do ser, principalmente quando o seu humano pode se contrapor ao humano de outro. Isso significa, portanto, que a ética vai se impor mais por um movimento interno das pessoas do que por meio de regras ou instrumentos de trabalho. O que importa é o uso desses instrumentos, preservando o humano. Só assim se finca a ética, deixando de pairar esvoaçante.

### 5.3. Plano de carreira e cargos do IPEA

A exemplo das demais organizações públicas federais, o IPEA também é dotado de um plano próprio de cargos e carreira para os seus funcionários, que são também submetidos ao Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União (Lei n 8.112, de 12.1990), exigindo para o ingresso nos diversos cargos a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

No tocante a sua estrutura, o plano observa os preceitos legais previstos a Seção VIII da Lei n 11.890, de 24.12.2008, onde se estabelece que o Plano de Carreira e Cargos do IPEA é composto por diversas categorias de servidores, segundo as suas atribuições, escolaridade e respectivas áreas de atuação.

Na área finalística, o servidor ocupante do cargo de Técnico de Planejamento e Pesquisa – TP, da Carreira de Planejamento e Pesquisa de que trata o inciso I do art. 102 do citado diploma legal, é responsável pelo exercício de atividades de gestão governamental, nos aspectos relativos ao planejamento, à realização de pesquisas econômicas e sociais e à avaliação de ações governamentais para subsidiar a formulação de políticas públicas.

Aos demais cargos, de nível superior ou intermediário, cabe o exercício de atividades que concorrerão para que todos os demais colaboradores possam contribuir para o alcance da missão institucional da Fundação. Como exemplo de servidores de nível superior, existem na estrutura os seguintes cargos: Técnico de Desenvolvimento e Administração – TD, Analistas de Sistemas – AE e Assessor Especializado – AS.

Como exemplo de cargos de nível intermediário, pode-se destacar: Auxiliar Técnico – AT, Auxiliar Administrativo – AA e Secretária. O IPEA dispõe ainda em seu plano de carreira e cargos, além de médico, de diversos cargos já extintos, tais como Técnico Especializado, Motorista e Auxiliar de Serviços Gerais.

### 5.4. Orientações gerais (posse, exercício, assistência saúde)

Para assinatura do Termo de Posse, deverão ser preenchidos: Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme exigência da Lei 8.112/90, para efetivação de sua admissão neste Instituto. Os documentos necessários para efetivação deste ato são:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Comprovante de Escolaridade;

- Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição, ou justificativa eleitoral;
- Certificado de Reservista;
- PIS/PASEP (quando já for inscrito no Programa);
- uma fotografia 3 X 4;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- No caso de dependente excepcional - Laudo Médico, comprovando que o desenvolvimento biológico, psicológico e motricidade do dependente, correspondente à idade mental relativa a no máximo 6 anos;
- No caso de dependente sob tutela do servidor - TERMO DE TUTELA ou DE ADOÇÃO;
- No caso de servidor separado ou divorciado - Comprovante de Guarda Legal do (s) dependente(s);

## 6. A Área Corporativa do IPEA

No ano de 2008, a Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF) implementou importantes iniciativas visando o fortalecimento institucional do IPEA.

Em primeiro lugar, a DIRAF promoveu uma reformulação emergencial da estrutura para dotar o Instituto de melhores condições para cumprir sua missão e alcançar sua visão institucional. Merece destaque nesta reformulação o novo papel da Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento (DICOD) e a criação da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DIDES) em substituição a Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF). É importante realçar que esta ainda não é a estrutura organizacional definitiva, mas foi um primeiro passo voltado para viabilizar a gestão estratégica da instituição. Em 2009, a DIDES continuará os trabalhos de remodelagem organizacional visando dotar o IPEA de uma estrutura que permitirá ao Instituto alcançar seus objetivos estratégicos.

Na área estratégica, a DIRAF coordenou a implantação de um processo contínuo e participativo de planejamento estratégico e criou o Comitê de Gestão de Pessoas. Enquanto a primeira iniciativa permitiu ao Instituto formular direcionadores estratégicos (missão; formas de atuação institucional; valores e princípios; visão para 2013 e desafios estratégicos para o período de 2008-2010) e definir eixos temáticos essenciais para o desenvolvimento brasileiro; a segunda

permitirá ao IPEA formular uma política de gestão de pessoas, objetivando o desenvolvimento do capital humano da Instituição

Já na área operacional, a DIRAF organizou o Concurso IPEA 2008; criou importantes instrumentais de pesquisa (O Programa Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento – PNPd e o PROREDES); implantou o Sistema de Gestão de Acordos, Contratos e Convênios (SGAC); obteve por meio da negociação orçamentária, acréscimos relevantes para os orçamentos de 2008 e 2009; e contratou importantes produtos e serviços na área de tecnologia da informação.

Nas páginas seguintes são descritas com mais detalhes cada uma dessas iniciativas. Inicialmente, para que o leitor conheça melhor o campo de atuação da DIRAF é traçado o perfil da Diretoria. Em seguida, são apresentadas nesta ordem: as iniciativas de remodelagem da estrutura organizacional do IPEA; as atividades na área de gestão estratégica; e as ações na área de gestão operacional.

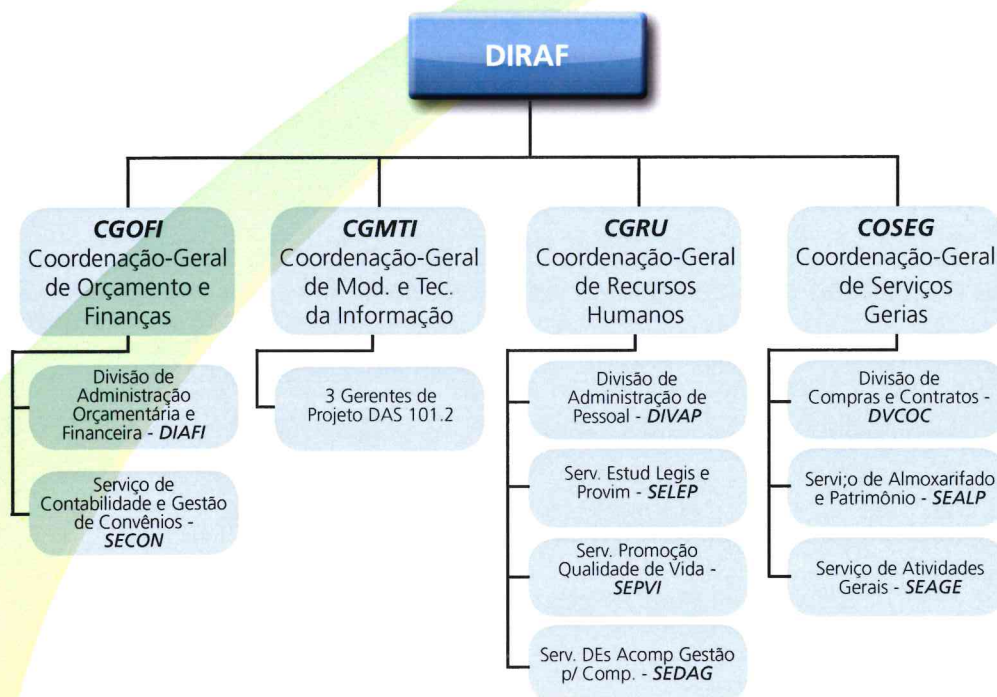
## **6.1 Perfil da Diretoria**

### **6.1.1 Competências básicas**

A Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF) planeja, coordena e supervisiona a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de organização e modernização administrativa, recursos de informação e informática, recursos humanos, orçamento, finanças e contabilidade, documentação e de serviços gerais, no âmbito do IPEA (art. 7º do Decreto 4.745 de 16 de junho de 2003).

### **6.1.2 Organograma**

A DIRAF é composta por quatro Coordenações-Gerais que desempenha as seguintes atividades: a) orçamento e finanças; b) recursos humanos, c) tecnologia da informação e d) serviços gerais (figura 1).



**Figura 1:** Organograma da Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF)

## 6.2 Comitê de Gestão de Pessoas

O Comitê de Gestão de Pessoas (CGP IPEA) foi criado, em 06 de maio de 2008, com a finalidade de formular a política de gestão de pessoas no IPEA, objetivando o desenvolvimento do capital humano da Instituição.

Em verdade, até então, não havia no IPEA uma instância em sua administração superior que cuidasse das ações de valorização das pessoas e a responsabilidade social e ética.

O CGP/IPEA foi criado mediante ato do Presidente do IPEA (Portaria n.º 151/2008) tendo, no dia de sua instalação, regulamentado a cessão de servidores (Resolução n.º 1); capacitação (Resolução n.º 2); processo de inscrição em programas de treinamento (Resolução n.º 3) e progressão funcional de servidores (Resolução n.º 5).

Em julho de 2008, o CGP/IPEA aprovou a progressão funcional de 69 (sessenta e nove) técnicos de planejamento e pesquisa, referente ao período de 1º de julho de 2007 a 30 de junho de 2008, destacando-se a regularização da progressão de servidores que obtiveram o título de doutor, no período e em anos recentes.

Foram realizadas 6 (seis) reuniões do CGP/IPEA, no período de maio a outubro, destacando-se a constituição de Grupo de Trabalho para proceder os enquadramentos na

Carreira de Planejamento e Pesquisa do IPEA (MP 440/2008) dos 223 cargos de Técnico de Planejamento e Pesquisa e 286 inativos e pensionistas, em decorrência da criação do Plano de Carreira e Cargos da Fundação IPEA, nos termos da Medida Provisória n.º 440, de 29 de julho de 2008.

O processo de enquadramento estabelecido pelo Comitê, afora o exame da legislação que regia a contratação anteriormente à Constituição Federal de 1988, assegura ao servidor prazo para exame da documentação que define seu enquadramento na Carreira do IPEA.

### 6.3 Tecnologia da Informação

O IPEA dispõe de servidores de carreira voltados para a área de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC e também faz uso de serviços terceirizados para a manutenção do seu parque computacional. Possui uma infraestrutura própria de TIC, sob a gestão dos seus servidores, com os serviços de missão crítica centralizados em Brasília. A sua rede de dados conecta a sede, em Brasília, ao Rio de Janeiro, onde existe um núcleo de técnicos que dão suporte àquela unidade descentralizada do IPEA.

A Coordenação Geral de Modernização e Tecnologia da Informação – CGMTI, vinculada à DIRAF, é a responsável pela área de TIC no IPEA e integra o Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISIP da Administração Pública Federal. Tem como competência, no âmbito do IPEA, coordenar, planejar, articular, controlar e propor políticas, diretrizes e normas de uso dos recursos de informação e informática. Está estruturada em três gerências; Rede, Suporte ao Usuário (Central de Atendimento ao Usuário) e Desenvolvimento de Sistemas.

Para atender a demanda interna a CGMTI disponibiliza ao corpo funcional, via intranet, dentre outros, o Sistema - E-pedidos. Este sistema é um recurso on-line que integra e gerencia todos os pedidos de bens e serviços dando assim agilidade e eficiência nas solicitações dos servidores. Portanto, esse é o meio de solicitar serviços no IPEA.

#### 6.4. Comunicação social, editorial e publicações

“Como homem público, devo contas à sociedade.  
E a forma de meu pensamento chegar é via imprensa”

*Marco Aurélio Mello, ministro do STF*

A partir da definição da missão do IPEA, a Ascom (Assessoria de Comunicação Social), entendida erroneamente como uma atividade meio do Instituto, é, como as áreas de pesquisa, uma atividade fim, que contribui para a articulação e disseminação do conhecimento produzido no Instituto.

Assim sendo, a Assessoria de Comunicação busca implementar uma política de comunicação integrada – hoje ainda muito mais um conceito que uma prática –, que deve ser basicamente:

- Transversal;
- Articulada, mas não concorrente;
- Intencional e
- Permanente.

##### **Finalidade:**

- Responder à obrigação das instituições públicas de informar;
- Estabelecer o diálogo para permitir a prestação de serviços;
- Apresentar e promover os serviços da administração;
- Tornar conhecida e valorizar a instituição;
- Divulgar informações de caráter geral;
- Divulgar informações de caráter específico;
- Integrar/Influenciar o processo decisório da prática política;
- Integrar/Influenciar o processo de “opinião publicada” e
- Auscultar os anseios da sociedade.

**Diretrizes:**

- Valorização da Marca
- Circulação, conhecimento e coesão do discurso institucional
- Interação com a sociedade
- Ativação/Participação interna
- Proposição e visibilidade de parcerias e terceirização para melhoria dos processos e fortalecimento institucional

Para cumprir sua finalidade e contribuir no cumprimento da missão do IPEA com ações articuladas e complementares, eficazes e eficientes, a Ascom é dividida em duas grandes áreas:

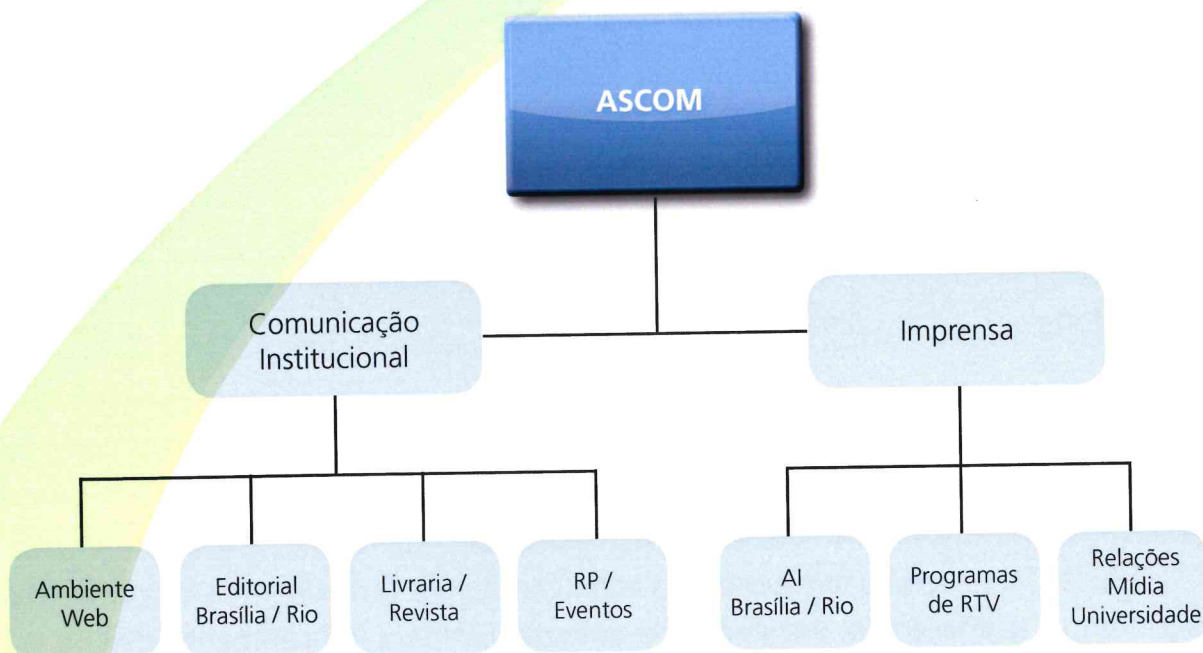
**Comunicação Institucional e Assessoria de Imprensa.**

Cabe à Comunicação Institucional, a coordenação das ações internas de comunicação, planejamento e realização das estratégias de comunicação para fortalecimento institucional, o planejamento e execução das atividades editoriais e de distribuição de material, a coordenação e atualização dos sítios eletrônicos, a edição e publicação dos comunicados internos – os Comunicas – e o planejamento e execução das ações de relações públicas.

Cabe à Assessoria de Imprensa, todo o atendimento à imprensa nacional e internacional, de jornal, revista, rádio, TV e internet. O planejamento e execução das atividades de relacionamento com a mídia em geral. O planejamento e realização de entrevistas coletivas, a articulação com os diversos meios para a publicação de artigos dos servidores do IPEA. A indicação de fontes do IPEA para as mais diversas reportagens, por iniciativa do IPEA ou por solicitação dos jornalistas de meios impressos, eletrônicos e virtuais. A Assessoria de Imprensa se responsabiliza também pela produção, roteiro, seleção de convidados e apresentação dos programas do IPEA na TV NBR e nas rádios da Rede Brasil, da EBC.



## ORGANOGRAMA DA ASCOM



Vide Manual do Editorial do IPEA.

### 6.5 Orçamento, Finanças, Contratos, Convênios

Composta de diversas atividades, esta coordenação abrange a gestão de serviços, que dão suporte as atividades administrativas e de pesquisa desempenhada pelas diversas áreas do IPEA.

#### 6.5.1 Orçamento e Finanças

Área responsável pelas questões orçamentárias, proposição e acompanhamento da execução, bem como pela consolidação do PPA- Programa Plurianual do IPEA (quadrienal) e da proposta orçamentária anual do IPEA, tendo por base os programas de trabalho das diversas diretorias, promovendo os respectivos ajustes e revisões, estabelecidas na legislação própria.

São realizados, ainda, os atos associados com a previsão orçamentária e a realização do pagamento de todas as despesas do Instituto, tais como pessoal, diárias, bolsas, aquisição de equipamentos e de serviços e a guarda dos documentos fiscais e financeiros da instituição, bem como prestar informações aos órgãos de controle interno e externo.

### 6.5.2 Compras e Contratos Administrativos

Área responsável pela realização de processos licitatórios de compras de materiais e equipamentos e contratação de serviços necessários ao desempenho de atividades administrativas, além daquelas de suporte as pesquisas/projetos desempenhados pelas áreas técnicas. As contratações são realizadas com base nas especificações técnicas do objeto a ser adquirido. Realiza, ainda, o acompanhamento dos contratos e orientações aos gestores sobre eventuais dúvidas.

### 6.5.3 Bolsas e Convênios

Área responsável pela gestão de bolsas pesquisa concedidas pelo IPEA no Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional – PNPd e Apoio a Redes de Pesquisa - PROREDES, e de Acordos de Cooperação Técnica, Convênios e Contratos de Pesquisa, ambos de demandas das áreas técnicas, neste último a gestão ocorre por meio do Sistema de Gestão de Acordos de Cooperação, Convênios e Contratos – SGAC, o qual prevê sistemática para análise de mérito pela Diretoria Colegiada previamente a formalização do instrumento.. No caso de concessão de bolsa, esta é sujeita aos regulamentos próprios e é demandada pelas diretorias técnicas.

### 6.5.4 Acordos de Cooperação Técnica:

Encontra-se em fase final para assinatura com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento (expectativa para abril/09) um contrato de empréstimo denominado “ Diagnóstico, Perspectivas e Alternativas para o Brasil”, resumidamente chamado de IPEA Pesquisa. Esse contrato tem como objetivo principal o fortalecimento institucional do IPEA, dando sustentação financeira às atividades previstas nos sete eixos temáticos. A gestão do Programa está a cargo da Unidade de Coordenação de Programas, estabelecida na Central de Serviços da Diretoria de Administração e Finanças.

Outra cooperação digna de citação é o Acordo de Cooperação Técnica com a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, que tem por objetivo assegurar a permanente busca de conhecimentos que propiciem o desenvolvimento econômico e social de acordo com a política brasileira, em estreita sintonia com as prioridades nacionais. Este acordo é administrado pela Assessoria da Presidência com a colaboração do setor de convênios da DIRAF.

Certamente que o IPEA não limita suas cooperações às duas acima, uma vez que na dimensão de sua missão não pode prescindir de instrumentos de intercâmbio, trocas de experiências e informações, tanto com o mundo acadêmico como com o mundo da ciência

e comercial, dentre tantos outros segmentos. Essas demais cooperações deixam de ser aqui destacadas devido não ser esta a finalidade do presente informe, podendo os interessados obter maiores informações junto a DIRAF.

#### **6.5.5 Passagens e Diárias**

O fornecimento de Diárias e Passagens é administrado por meio de sistema informatizado denominado SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, o qual permite o acompanhamento *on line* pelas partes interessadas e, também, pelos órgãos de controle, bem como emite automaticamente as ordens bancárias para o pagamento das diárias. O servidor que necessitar de passagens e diárias, deve dirigir-se à secretaria de sua diretoria a fim que esta faça a solicitação no Sistema. O sistema emite avisos automáticos, via e-mail, a todos os envolvidos no processo

#### **6.5.6 Almoxarifado e Patrimônio**

Essa área é responsável pelo controle patrimonial de bens móveis e equipamentos e sua movimentação e ainda, pelo controle de material de consumo. Os pedidos de fornecimento de materiais de consumo, devem ser requisitados diretamente na secretaria da diretoria de lotação do servidor. No caso de solicitações de móveis e equipamentos ou movimentação são atendidas pelo recurso E-Pedidos, cujo ícone encontra-se na intranet em Apoio Administrativo/serviços.

Também é a área responsável pela gestão de serviços de protocolo, manutenção predial, limpeza e conservação, copeiragem, transporte, reprografia e telefonia.

Protocolo – a central está localizada no térreo e toda a documentação é controlada pelo Sistema Integrado de Gestão de Documentos – SIGDOC, inclusive na unidade do Rio de Janeiro.

Serviços:

Manutenção predial e Telefonia- solicitações são efetuados pelo E-pedidos, na intranet.

Limpeza, conservação e copeiragem- solicitações são efetuadas diretamente na unidade responsável.

Transporte - a requisição de serviços de transporte, permitido somente a serviço deve ser solicitada às secretarias das respectivas diretorias com antecedência, a fim de possibilitar o agendamento no setor de transportes, em conformidade com a Norma de Procedimentos IPEA/ CGSEG nº 039/1996.

Reprografia - cada andar possui uma mini-central de cópias e impressão com impressoras multifuncionais disponíveis aos usuários para atendimento as demandas usuais. Para trabalhos

de maior porte, o atendimento é efetuado pela Central de Impressão localizada no 9º andar, na qual deve ser consultada sobre a necessária antecedência de acordo com a dimensão do trabalho.

## 6.6 Plano de Metas 2009 – 2010

A Diretoria de Administração e Finanças – DIRAF, futura Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DIDES), implementará no biênio 2009 – 2010 projetos voltados para atingir os objetivos do Programa de Fortalecimento Institucional do IPEA.

O Programa, aprovado pela Diretoria Colegiada em dezembro de 2007, está diretamente associado ao Desafio 5 do planejamento estratégico: Promover o fortalecimento institucional do IPEA. Os projetos a serem executados no biênio 2009 – 2010 contribuirão para viabilizar as seguintes estratégias do Desafio 5:

1. Aperfeiçoar as instâncias de governança institucional
2. Institucionalizar o planejamento estratégico
3. Elaborar e implantar uma arquitetura de gestão do conhecimento para o IPEA
4. Aperfeiçoar / Modernizar modelo de carreira e as práticas de gestão dos servidores do IPEA
5. Alinhar os instrumentos e políticas de Tecnologia da Informação aos propósitos institucionais
6. Buscar a gradativa melhoria dos serviços oferecidos pela área corporativa
7. Promover a integração organizacional por meio da racionalização de processos e reordenamento da estrutura organizacional da instituição
8. Implementar processos de monitoramento e avaliação
9. Criar uma estratégia eficiente de Comunicação Interna e Externa
10. Promover melhores condições de trabalho aos servidores do IPEA

É importante destacar ainda que os projetos do Programa de Fortalecimento Institucional do IPEA servirão de suporte para “transformar o IPEA em um indutor da gestão pública do conhecimento sobre o desenvolvimento” (Desafio 3 do planejamento estratégico) ao contribuir para atingir as estratégias de tal desafio, a saber: a) articular redes de instituições produtoras de pesquisas e estudos sobre desenvolvimento para a disseminação e o debate; b) produzir coletivamente conhecimento sobre desenvolvimento por meio de redes de instituições; c) contribuir para a formação de pesquisadores e gestores na discussão da temática do

desenvolvimento; e d) estimular a discussão temática de aspectos centrais do desenvolvimento por meio de GTs que mobilizem pesquisadores internos e externos.

Os projetos guardam ainda uma relação com a estratégia “e” do Desafio 4: “Fomentar a construção de novas redes internacionais sobre o desenvolvimento”

Os projetos do Programa de Fortalecimento Institucional integram a relação de metas da diretoria no âmbito do Ciclo de Planejamento Estratégico (CPE) 2009 do IPEA.

O Ciclo de Planejamento Estratégico (CPE) 2009, instituído pela Portaria 36, de 16/4/2009, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da PR, a qual visa contribuir para o cumprimento da missão institucional do IPEA, a saber: “Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro”.

As metas da DIRAF guardam conformidade com os direcionadores do Ciclo de Planejamento Estratégico 2008 do IPEA (Missão, visão, desafios e estratégias, formas de atuação e princípios e valores) e com o Plano de Trabalho da Diretoria.

As metas da DIRAF, além de integrarem o CPE 2009, servirão para viabilizar o Programa de Fortalecimento Institucional e para internalizar no IPEA um modelo de gestão com foco em resultados: o Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP).

### **6.6.1 Resultados Esperados**

Após o cumprimento das metas da DIRAF que integram o Ciclo de Planejamento Estratégico (CPE) 2009, pretende-se alcançar os resultados esperados pelo CPE, com destaque para os seguintes:

- Implantação do Ciclo de Planejamento Estratégico (CPE) 2009;
- Proposta de estratégia e de práticas de Gestão do Conhecimento (GC) visando armazenar, recuperar, disseminar e utilizar o conhecimento produzido pelo IPEA;
- Aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento da Informação (SGI) e ampliação dos meios de disseminação do conhecimento produzido na instituição;
- Proposta de sistema para gerenciar as competências (conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes) individuais mediante o uso de árvores de saberes
- Proposta para implantação de política de gestão de pessoas (sistêmica e integrada), assim como de modelo para gerenciar as pessoas da força de trabalho;
- Implantação do novo modelo organizacional da área corporativa (Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DIDES);

- Alinhamento dos instrumentos e práticas de Tecnologia da Informação – TI aos propósitos institucionais;
- Proposta de sistema para gerenciar a qualidade do serviço de compras e do processo de pesquisa aplicada;
- Realização da auto-avaliação da gestão e execução do plano de melhoria com vistas à implantação no IPEA do Modelo de Excelência em Gestão Pública;
- Elaboração de projeto voltado à melhoria do atendimento aos servidores do IPEA;
- Provisão de alta capacidade de processamento e armazenamento de base de dados;
- Implantação da política de segurança e governança da área de tecnologia da Informação (TI);
- Aperfeiçoamento dos sistemas corporativos com foco no apoio à gestão e no processo decisório;
- Implantação de ferramentas de colaboração, discussão e divulgação da produção do IPEA por meio da internet ;
- Proposta de modelo para a implantação do portal corporativo;
- Institucionalização do IPEA data;
- Aprimoramento da gestão dos recursos relativos à força de trabalho (servidores e colaboradores) do IPEA;
- Transparência no processo de seleção e aprimoramento da gestão dos recursos humanos que apoiarão a execução do projeto IPEA Pesquisa;
- Proposta de aperfeiçoamento do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA;
- Proposta de modelo de assistência à saúde dos servidores do IPEA;
- Implantação de um projeto de qualidade de vida da força de trabalho do IPEA;
- Implantação do Código de Ética dos Servidores do IPEA;
- Adaptação do sistema de apoio à gratificação de desempenho – SGCG aos requisitos estabelecidos na Lei 11.890/2008 que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA;
- Melhoria e integração dos procedimentos de aposentadorias dos servidores; e
- Implantação de proposta de aperfeiçoamento do Boletim de Pessoal do IPEA.

**OUVINDO SUA OPINIÃO, CERTAMENTE SEREMOS BEM MELHORES.**

Brasília, 18 de maio de 2009.

Caro (a) colega,

Gerenciar pessoas é antes de tudo estar pronto para ouvir, respeitar opiniões e aprender. A DIRAF/CGRHU assumiu esse compromisso e se organiza para aperfeiçoar seus processos administrativos e melhorar seu atendimento mediante serviços mais eficientes e adequados.

Para melhorar nosso atendimento, precisamos ouvir SUA OPINIÃO.

Por isso, sua colaboração é tão importante.

Ao assinalar sua resposta às questões apresentadas, você estará ajudando a melhorar nossas atividades de atendimento ao servidor, e assim poderemos medir seu grau de satisfação e eliminar falhas que certamente estão ocorrendo:

1. Qual sua opinião geral sobre a apresentação dos temas?  
EXCELENTE  ÓTIMA  BOA  REGULAR  RUIM
2. Qual sua opinião sobre a duração das apresentações?  
SUFICIENTE  INSUFICIENTE
3. O local lhe pareceu adequado para o processo de ambientação?  
ADEQUADO  INADEQUADO  INDIFERENTE
4. Durante as apresentações, você participou e manifestou sua opinião?  
SIM  NÃO
5. Você gostaria de obter maiores informações sobre Recursos Humanos?  
SIM  NÃO
6. Quais as razões que o (a) levaram a decidir a trabalhar no IPEA?

---

---

---

---

---

AO FINAL DESTES EVENTO ENTREGUE SEUS COMENTÁRIOS AOS COLEGAS DA DIRAF  
RESPONSÁVEIS PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO.

## 7. Considerações Finais

Como pode-se constatar no presente Manual, o IPEA está em pleno processo de mudança organizacional o que implica, dentre outras questões, a reformulação de seu Estatuto. Em que pese não figurar no Estatuto vigente áreas importantes de atuação como a Ouvidoria e a Comissão de Ética, e que serão incluídas no novo Estatuto, vale aqui uma descrição de seus objetivos.

### 7.1 Ouvidoria

Criada em 2004 pela Instrução Normativa Nº 03 de 12 de maio, a Ouvidoria do IPEA tem o objetivo de propiciar ao cidadão um instrumento de defesa de seus direitos e um canal de comunicação com a administração do IPEA; aumentar o controle social das atividades que são desenvolvidas pelo IPEA a fim de subsidiar o processo de avaliação de desempenho e o cumprimento das missões institucionais que lhe são atribuídas, bem como o cumprimento de seu programa de trabalho; – integrar e responsabilizar suas unidades de gestão, ante seus públicos-alvo, estimulando-as na busca permanente de eficiência, eficácia e efetividade de seus produtos e serviços; possibilitar um instrumento de controle de qualidade do serviço público; e velar pela prática de condutas técnicas e profissionais orientadas pelos princípios da ética no serviço público e evitar atos ou omissões que causem danos ou ameaças ao patrimônio público.

Os dirigentes e servidores devem atender a todos os pedidos de informação ou requisições formuladas, em até dez dias úteis, prorrogáveis por mais cinco.

A ouvidoria do IPEA faz parte de um sistema integrado de ouvidorias coordenado pela Ouvidoria Geral da União (OGU). A OGU é responsável por receber, examinar e encaminhar reclamações, elogios e sugestões referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Tem o papel de mediadora entre o cidadão, os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. A Ouvidoria-Geral também tem a competência de coordenar tecnicamente o segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

A Ouvidoria possui uma página na internet/intranet e pode ser acessada no endereço:  
<http://www.ipea.gov.br/ouvidoria/>



## 7.2 Comissão de Ética

Criada pela Portaria Nº 419, de 21 de novembro de 2008, compete à Comissão de Ética orientar e aconselhar sobre a conduta ética do servidor no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público; receber representações sobre atos de servidores praticados em contrariedade às normas do Código de Ética do IPEA e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e proceder à apuração de sua veracidade, desde que devidamente instruídas e fundamentadas; convocar servidor para prestar informações ou apresentar documentos; esclarecer e julgar comportamentos eticamente duvidosos; aplicar a penalidade de censura ao servidor e, quando for o caso, comunicar a infringência à entidade profissional na qual o servidor seja inscrito; promover a elaboração do Código de Ética do IPEA; submeter aos diretores do IPEA sugestões de aprimoramento do Código de Ética do IPEA; dirimir dúvidas a respeito da interpretação das normas do Código de Ética do IPEA e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; e deliberar sobre os casos omissos; e dar ampla divulgação ao Código de Ética do IPEA.

Faz parte do planejamento estratégico do IPEA a elaboração do Código de Ética do IPEA. Até que sua elaboração seja concluída a Comissão de Ética se pauta pelo Código de Ética do Servidor Público que pode ser encontrado no portal da Comissão de Ética da Presidência da República.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1171.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1171.htm)

A Comissão de Ética do IPEA faz parte de um sistema integrado de rede de Comissões de Ética Coordenada pela Comissão de Ética da Presidência da República -

[http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/cepub/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/cepub/) .